

OS “DESVIOS” DE GILBERTO FREYRE

GILBERTO FREYRE: UM VITORIANO NOS TRÓPICOS,

de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

CÉSAR BRAGA-PINTO

O movimento de reavaliação da obra de Gilberto Freyre que se tem presenciado no Brasil e no exterior nos últimos anos não se explica apenas pelas efemérides do ano 2000 (o centenário de seu nascimento). O que se vê hoje é um interesse geral por aquilo que mais diretamente veio a se associar a sua obra, em especial as noções de *mestiçagem* e *democracia racial*. Nos Estados Unidos e na Europa, tal interesse parece estar relacionado a questões de globalização e à preocupação com uma nova realidade de migrações e contato entre diferentes grupos étnicos. A obra do argentino Néstor García Canclini, por exemplo, encontrou grande repercussão nos Estados Unidos ao deslocar a discussão sobre a mestiçagem cultural para a noção de hibridismo, que por sua vez tem se associado aos estudos pós-coloniais e, mais especificamente, ao trabalho de Homi Bhabha. Mas o próprio conceito de mestiçagem está de volta ao centro do debate, articulado nos mais diferentes contextos: alguns exemplos são os livros *Logiques métisses* (1990), de L. Amselle, e *La Pensée métisse* (1990), de Serge Gruzinski, o colóquio *L'Experience métisse*, organizado por Gruzinski no Musée du Quai Branly, em Paris (abr. 2004) e o excelente número temático da revista eletrônica *Africultures* (n. 62, mar. 2005), cujo título é: *Métissages: Un alibi culturel?* No contexto dos estudos “chicanos” nos Estados Unidos, acaba de ser publicado o importante *Mestizaje: Critical uses of race in Chicano culture*¹, do crítico Rafael Pérez-Torres, que se propõe a inverter a perspectiva européia do conceito de mestiçagem para uma perspectiva minoritária.

Já no caso do Brasil, a “recuperação” da mestiçagem mantém, na maioria das vezes, a perspectiva eurocêntrica, tendo adquirido desde o tom mais melancólico até o revisionista. Ao que tudo indica, o movimento está relacionado a uma certa crise nos discursos sobre raça, tradicionalmente vinculados à construção da identidade nacional. Paralelamente, a discussão em torno de Gilberto Freyre tem assumido esse

[1] University of Minnesota Press, 2006.

mesmo tom nostálgico e melancólico, como se o Brasil estivesse perdendo a própria essência e como se o pensamento de Freyre fosse acima de tudo um patrimônio nacional a ser protegido: os adversários, no caso, seriam o pensamento racista e “politicamente correto” dos Estados Unidos, e a ameaça representada pela introdução de políticas de cotas ou outras formas de discriminação positiva, em um país onde, conforme teria ensinado Freyre, a consciência de raça é supostamente tênue, se não inexistente. Na tentativa de se proteger ou recuperar o que haveria de mais autêntico no Brasil, uma das tendências mais comuns é enfatizar uma heterogeneidade entre, por um lado, a “mestiçagem” enquanto processo de assimilação associado ao discurso do branqueamento e, por outro, a representação de sujeitos culturalmente mestiços como forma verdadeira de diálogo e tolerância.

O excelente livro de Maria Lúcia G. Pallares-Burke talvez se insira nesse movimento de reação, mas seu potencial de renovação é inédito — e eu não hesitaria em afirmar que essa obra, além de ser a mais rigorosa e sofisticada que conheço sobre o assunto, deve sem dúvida se tornar um verdadeiro divisor de águas nos estudos freyrianos. Suas virtudes são inúmeras, e eu não poderia aqui dar conta do manancial de informação que a obra põe à disposição do leitor comum e do especialista. Reconhecendo desde já minha dívida a esse livro, e com o risco de não fazer justiça à autora, procurarei deter-me em apenas alguns dos pontos que considero mais produtivos para o atual debate em torno da obra de Freyre, sem deixar de apontar os que, em minha opinião, expõem algumas de suas limitações.

INFLUÊNCIAS

A proposta principal do livro é traçar uma biografia intelectual dos anos de juventude de Gilberto Freyre, rastreando as principais leituras, assim como os contatos com professores e colegas que precederam à elaboração de *Casa-grande & senzala* (1933). Essa é sem dúvida uma tarefa complicada. Primeiro porque a própria noção de biografia é um tanto escorregadia, já que está necessariamente condicionada pelas inclinações do desejo e da memória. Segundo porque temos que lidar com a noção um tanto incerta de *influência*. No caso de Freyre, isso pode se tornar um problema ainda maior: como Pallares-Burke aponta, o escritor constantemente manipulava dados de sua biografia, fazendo questão de borrar as fronteiras entre a vida e a obra, entre ficção e realidade. Assim, hoje sabemos que datas de manifestos podem ter sido forjadas; diários de adolescência podem ter sido redigidos, pelo menos em parte, pelo escritor adulto; artigos de juventude foram republicados omitindo aquelas passagens que com o tempo se tornaram embaraçosas; e “fatos biográficos”, ou seja, boatos, eram volta e

meia criados pelo próprio autor para pregar peças em amigos ou fomentar a narrativa em torno de seu nome. Além disso, como Pallares-Burke o demonstra com grande eficácia, o próprio Freyre discutia e teorizava (em toda sua ambigüidade) a questão da autobiografia. De fato, em uma das cartas a José Lins do Rego, Freyre, ao mesmo tempo que embaralhava, chamava a atenção e mostrava interesse por essa relação complexa e ambígua entre vida e obra: “pois em mim o pessoal muito explica o quase nada de impessoal” (27 jun. 1927).

Tudo isso obviamente torna a figura de Gilberto Freyre ainda mais fascinante, e Pallares-Burke explora essa complexidade com erudição, rigor e serenidade, cotejando edições e buscando evidências em uma quantidade imensa de documentos, como artigos de jornais, diários inéditos, *marginália* e correspondências. O risco de lidar com um campo contaminado pela ficção não impede que a historiadora busque (re)constituir certa genealogia para o pensamento de Freyre e, mais especificamente, para sua obra-prima, *Casa-grande & senzala*. Ou seja, mesmo aceitando que o biográfico (ou, no caso, o biografado) necessariamente pregue peças no público leitor, não deixa de ser necessário tentar reconstituir a trajetória de formação do autor, sobretudo se ele é um autor canônico como Gilberto Freyre. O trabalho do crítico a partir de agora torna-se, justamente, interpretar as ruínas autobiográficas, menos com o desejo de ter acesso à “vida” do autor, mais para compreender como e por que se constrói certa narrativa ou discurso.

Pallares-Burke está consciente do perigo e da tentação de interpretar a biografia de um autor de forma teleológica: ou seja, buscando-se antecedentes que confirmariam a opinião que temos do autor. Assim, a historiadora aponta, corretamente, a necessidade de afastar-se de uma noção determinista de *influência* e tentar pensar a questão dos antecedentes em termos daquilo que Pierre Bourdieu chamou de *champ intellectuel*, e não segundo uma relação intersubjetiva entre agentes e consumidores. Essa tarefa também é das mais difíceis, e Pallares-Burke muitas vezes se vê forçada a usar termos como *dívida*, *impacto*, *diálogo*, *interlocução*, *inspiração*, *contribuição*, *herança*, *leitura* e mesmo *influência*, de maneira a inevitavelmente poder soar determinista ou egológica. Por isso, é necessário manter sempre em mente a proposta inicial da autora e, ao mesmo tempo, as opiniões do próprio Freyre sobre o processo de leitura, tema que a historiadora apresenta e discute com grande perspicácia.

Uma das muitas questões relativas à construção da persona freyriana, e que Pallares-Burke descreve com pertinência, é o fato de, senão o conteúdo, pelo menos o *tom* dos artigos e palestras de Freyre visando ao público estrangeiro diferir muito do tom dos textos escritos para o público brasileiro. De fato, a própria expressão *democracia racial*, que, até onde conheço, não se encontra nas obras em português, aparece

apenas na última frase da tradução inglesa de *Sobrados e mucambos*, revisada pelo próprio Freyre, onde se lê: “For Brazil is becoming more and more a racial democracy, characterized by an almost unique combination of diversity and unity”².

Na maior parte do livro de Pallares-Burke, são as relações de filiação do pensamento freyriano que são estabelecidas com maior sucesso e rigor, sobretudo quando a análise se baseia na linguagem. Pallares-Burke é bastante convincente ao sugerir que foi necessário um *desvio* pelos Estados Unidos e pela Europa para que Freyre enfim pudesse “encontrar” (ou talvez inventar) seu Brasil. Extremamente reveladora é também a análise que a autora faz do papel de Franz Boas na formação do pensamento freyriano. Ao contrário do que Freyre queria que acreditássemos, ficamos sabendo que foi muitos anos depois de ter estudado como o antropólogo na Universidade Columbia, em Nova York, no início da década de 1920, que ele finalmente absorveria seus principais ensinamentos. Além disso, segundo a tese da historiadora, foi especialmente em Oxford, onde teria passado um breve mas fundamental período, que Freyre teria aprendido muito sobre “o traço conciliador da cultura inglesa” (p. 143). Assim, Pallares-Burke demonstra como Freyre, ao voltar à terra natal, “irá analisar o Brasil com algumas das mesmas noções com que os ingleses vinham se analisando” (p. 147). A noção de *equilíbrio de antagonismos*, por exemplo, que para Freyre era um elemento-chave na história do Brasil, agora deve ser compreendida à luz do rastreamento feito pela autora, que nas páginas mais esclarecedoras associa a expressão ou conceito aos britânicos Thomas Carlyle, Herbert Spencer e Franklin Giddings, cujo trabalho Freyre conhecia e certamente admirava. Pallares-Burke nos oferece ainda muitos outros exemplos: a importância do regionalismo nostálgico de um Thomas Hardy e de um Walter Pater, ou do “exotismo romântico” do “mestiço infeliz” Lafcadio Hearn, além de muitas outras figuras, sobretudo autores vitorianos, mas também franceses como Maurice Barrès, que aparecem como personagens centrais no desenvolvimento do regionalismo tradicionalista do autor de *Casa-grande & senzala*.

HOMOSSEXUALISMO

Uma das contribuições mais corajosas da historiadora consiste em dar nome ao lugar da homossexualidade na biografia de Freyre. Esse é um assunto que (pelo menos no Brasil) muitos consideram delicado, ou de pouco interesse para a compreensão de sua obra. Mas o próprio Freyre nunca deixou de tocar no assunto. O seu “diário” de adolescência comenta, de passagem, seu interesse pelas relações homoeróticas. É conhecida sua entrevista para a revista *Playboy* (mar. 1980), na qual conta

[2] *The mansions and the shanties: The making of modern Brazil*. Trad. e org. de Harriet de Onís. Nova York: Alfred Knopf, 1968, p. 431.

[3] Cf. “À procura de uma mantilha dourada”, reproduzido em *Três histórias mais ou menos inventadas*. Org. de Edson Nery da Fonseca. Brasília: Editora da UnB/Imprensa Oficial, 2003, p. 24.

suas “poucas e não satisfatórias aventuras homossexuais”; suas duas únicas “seminovelas” tratam abertamente do desejo homossexual; e em um de seus contos publicado pela revista *Ele e Ela* (abr. 1976) o narrador se refere ao “personagem” Gilberto Freyre com uma provocação pseudo-biográfica: “Dizia-se que não gostava de moça e que vivia mais rodeado de rapazinhos. Não era bem assim”³. Além disso, toda a obra de Freyre — e *Casa-grande & senzala* em particular — se vale da homossexualidade e da bissexualidade, seja literal ou figurativamente, para explicar desde o próprio estilo até o caráter nacional brasileiro (a bissexualidade não deixando de ter relação com o mencionado *equilíbrio de antagonismos*). Desse modo, o elemento biográfico é, aqui também, essencial, pois entre outras coisas faz parte da narrativa que o próprio Freyre criou para si, assim como para sua original interpretação do Brasil.

Pallares-Burke irá dizê-lo sem rodeios: “Linwood Sleight (1902-1965) foi o jovem oxfordiano com quem se relacionou num ‘desvio’ que descreveu como ‘lírico, além de sensual’” (p. 124). Mas na tentativa de tratar o tema com “tato, sensibilidade e compreensão” (p. 123) — e talvez imaginando as reações conservadoras que o tema pode de fato provocar —, a historiadora parece se identificar com o ponto de vista e a opinião freyrianos a respeito da amizade, que ele chamava de “à maneira de Oxford”; amizade essa que, para ele, seria superior a todas as outras. Em alguns momentos (aqui e em outras partes do livro), é difícil dizer se a autora está simplesmente parafraseando Freyre ou descrevendo uma realidade histórica:

as condições de vida dos jovens de Oxford eram favoráveis ao desenvolvimento de relacionamentos profundos e às vezes homoeróticos. Era como se na vida oxfordiana houvesse um forte impulso para “intensas amizades de rapazes” com algum componente homossexual — possivelmente transitório — próprio das antigas amizades gregas, como observa Freyre em seu diário (p. 122).

Por um lado, é interessante notar como a experiência da “amizade” oxfordiana está projetada na obra fundamental de Freyre (ou seria o contrário, já que o “diário” é posterior?). Uma rápida comparação com a passagem de *Casa-grande & senzala* sobre as sociedades secretas dos índios bororos já sugerem as conseqüências de sua noção de homosociabilidade para a interpretação do Brasil. O trecho seguinte sobre os índios brasileiros poderia bem ter sido tirado de umas daquelas descrições da homosociabilidade de Oxford: “As afinidades que se exaltavam eram as fraternas, de homem para homem; as de afeto viril. Do que resultava ambiente propício à homossexualidade” (p. 136).

Ao mesmo tempo, é importante notar que o trecho do “diário” de Freyre a que a historiadora se refere começa por comparar a amizade

oxfordiana às (muito inferiores) amizades interétnicas que se viam na “Alemanha de após-guerra”, que, assim como as “amizades” interétnicas entre jovens rapazes em *Casa-grande & senzala*, adquirem, quase que necessariamente, um caráter sadomasoquista. Ou seja, parece-me um tanto problemático que se repitam e justifiquem essas opiniões de Freyre sobre o que ele às vezes chama de *homomixia*, como parece fazer a historiadora quando considera que “esse tipo de amizade sentimental, intensa e ocasionalmente erótica entre rapazes continuava, na verdade, uma tradição oxfordiana que recuava ao menos a quase um século, à época dos fundadores do Oxford Movement” (p. 122). Segundo ela, havia na Oxford dos anos 1920 uma “atmosfera propícia” ao relacionamento homossexual, o afeto entre homens sendo compreendido como uma espécie de antídoto ao terror do pós-guerra. Também para Freyre, é como se houvesse uma “boa homossexualidade” que se manifestasse só em ocasiões de exceção, e que deve ser necessariamente transitória e no final se torne menos carnal e mais espiritual: ou seja, nas palavras do próprio Freyre, citadas pela historiadora, “sem canalhice nenhuma” (p. 122). Também é difícil dizer se a historiadora de fato endossa a opinião de um John Stuart Mill, ou simplesmente a emprega para que melhor compreendamos as fontes do pensamento de Freyre: “[Mill] defendia idéias de diversidade que podiam facilmente servir para promover a apologia da homossexualidade como manifestação legítima e elevada da espiritualidade humana” (p. 128). E ao menos com Richard Jenkyns a autora parece concordar. Segundo ela, “Freud ao mesmo tempo nos iluminou e nos inibiu, tornando-nos relativamente incapazes de desenvolver o tipo de amizade romântica do passado e de compreendê-la na sua plenitude” (p. 129). Tal raciocínio, que parece desprovido de preconceito, é o que permite que um crítico notoriamente conservador como Wilson Martins não tenha se constrangido com o assunto, fazendo parecer justificáveis, em sua resenha para o livro de Pallares-Burke publicada no *Jornal do Brasil*, conclusões em que a homofobia é expressa sem nenhum constrangimento: “Pode-se pensar que, com o correr dos tempos, o homossexualismo ganhou em legitimidade o que perdeu em dignidade” (16 dez. 2005). Opinião da qual, tenho certeza, Pallares-Burke não compartilha.

Enfim, se não há dúvida de que o livro tem o mérito de tocar em pontos ainda considerados delicados e polêmicos, a necessidade de atingir ou não constranger um certo público acaba tendo um preço que — do meu ponto de vista — parece bastante caro. Vale lembrar que críticos literários e filósofos mais ou menos recentes, como a norte-americana Eve Sedgwick em *Between men: English literature and male homosexual desire* (1985) e o francês Jacques Derrida em *Políticas da amizade*, vem sugerindo de diferentes maneiras que o discurso da amizade na tradição filosófica e literária do Ocidente, com sua separação entre o corpo

[4] Desenvolvo esse argumento em “Sugar daddy: Gilberto Freyre and the white man’s love for blacks”. In: *The masters and the slaves: Plantation relations and mestizaje in American imaginaries*. Palgrave MacMillan, 2005, pp. 19-33.

e espírito, e a separação entre *eros* e *filia* dela decorrente, está precisamente na origem de todo sexismo, assim como de toda homofobia. E eu não hesitaria em acrescentar: na origem também de todo racismo⁴.

RACISMO

Segundo Pallares-Burke, antes de se tornar autor de *Casa-grande & senzala*, Freyre teria que sucumbir, para depois se distanciar, daquilo que ela chama de “paradigma racista” — que ele teria aceito, quando não defendido, pelo menos até cerca de 1926. É compreensível que, ao tratar desse outro tema tão delicado, a autora tenha que ter o maior cuidado possível para não machucar sensibilidades. Mas aqui também há um preço: parece que a historiadora, ao tentar preservar a obra do “melhor” Freyre, situa o momento em que ele teria expresso simpatias pelo racismo científico e pela eugenia como um “desvio” necessário, “hesitações” de um autor (compreendido em toda sua soberania) ou obstáculos finalmente ultrapassados. Ou seja, conforme a autora, seria quase impossível que o autor não se tivesse contaminado com as idéias racistas de sua época, o que faz o desvio até certo ponto justificável. Ao contrário da análise de suas outras leituras e filiações (ou influências, que seja), aqui temos um Freyre passivo, incapaz de filtrar ou transformar as idéias da época — como se não houvesse a possibilidade de identificação verdadeira.

Ou seja, parece que Pallares-Burke acaba atenuando algumas de suas descobertas mais originais, assim como suas principais contribuições para uma verdadeira reinterpretação da obra de Freyre e para o debate em torno das relações raciais no Brasil. É como se, para proteger a interpretação mais canônica de *Casa-grande & senzala*, ela tivesse que (teleologicamente) interpretar como um “desvio” aquilo que contradiz a opinião formada sobre a obra-prima de Freyre. No entanto, está tudo ali: os pontos de vista eugenistas, sua condenação da mestiçagem e até sua condescendência com a Ku Klux Klan. Mesmo se atenuada por uma das teses centrais da historiadora: “É como se o jovem Freyre tivesse de conhecer e admirar o racismo numa de suas formas mais extremadas para que, finalmente, pudesse se livrar dele” (p. 279). Para Pallares-Burke, Freyre teria que abandonar essas idéias “com todas as suas demais ramificações” (p. 286) e passar por uma “conversão definitiva” (p. 309) por volta de 1926, quando enfim teria encontrado seu “novo paradigma”, ou seja, a verdadeira vocação. Ao ver esse momento como uma “conversão” que quase não teria deixado marcas, a historiadora deixa de lado o que há de mais importante na obra freyriana — não somente para a interpretação das obras canônicas do autor, mas sobretudo para a compreensão das obscuras formas adquiridas pelo racismo e pelo racialismo no Brasil.

Muitos críticos tem se esforçado em separar um Freyre primeiro, “melhor”, de um Freyre posterior e muitas vezes indefensável, que teria sido amigo de Salazar e simpático à ditadura militar no Brasil. Com a obra de Pallares-Burke, somos obrigados a considerar este outro Freyre, anterior ao primeiro e bom autor de *Casa-grande & senzala*, talvez ainda mais problemático e constrangedor que o último. O livro da historiadora nos oferece a oportunidade de compreender melhor (e talvez longe de qualquer “equilíbrio” possível) os aspectos mais contraditórios, assim como o que há de verdadeiramente antagônico nas noções de *mestiçagem* e *democracia social*. Não é o caso de proteger ou condenar Gilberto Freyre, o homem. O que nos interessa agora é compreender como, a partir de um certo *campo intelectual*, se desenvolveu um certo discurso sobre a mistura de raças no Brasil como essência da nacionalidade brasileira. O livro de Pallares-Burke é uma contribuição enorme e um avanço nesse processo — sem dúvida complexo e delicado. E acredito que já começa a mudar a direção dos estudos freyrianos. Aguardemos agora pela anunciada biografia de Enrique Larreta e Guillermo Giucci, que sem dúvida deve acrescentar novos elementos a esse debate estimulante e urgente.

CÉSAR BRAGA-PINTO é professor de literatura comparada na Rutgers-State University of New Jersey.